



WRI BRASIL

TRANSFORMANDO A MOBILIDADE URBANA NO BRASIL

REGULAÇÃO DOS APLICATIVOS DE ENTREGA

I Oficina temática – 5 de Agosto

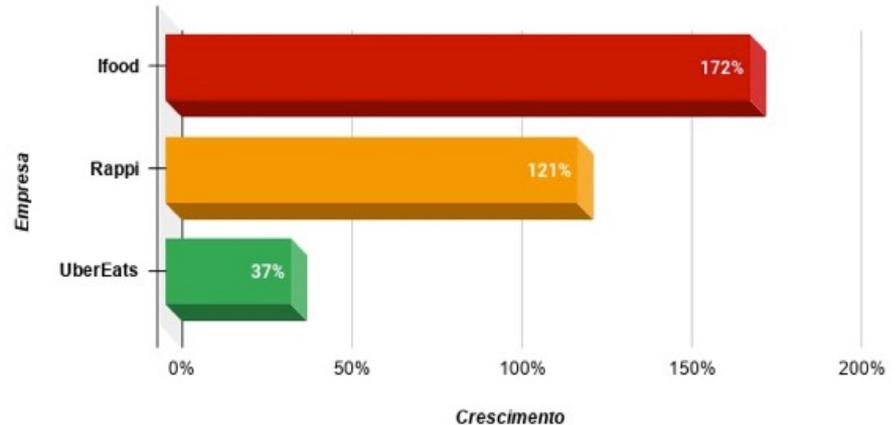


WRI BRASIL

CONTEXTO ATUAL

- Crescimento exponencial no último ano das plataformas/empresas de entrega
- A economia dos aplicativos conseguiu fornecer algum tipo de emprego para muitas pessoas, porém de forma altamente precarizada, acompanhando a tendência brasileira de aumento da informalidade
- Necessidade de regulação

Crescimento de empresas de entrega de comida por delivery no Brasil em 2020



<https://www.cearaemoff.com.br/neqocios/gastos-de-brasileiros-com-delivery-aumentam-187-por-cao-da-pandemia>

Mortes de motociclistas em acidentes de trânsito durante pandemia

Aumento de mortes de motociclistas em acidentes de trânsito durante pandemia

Entregas impulsiona acidentes de

Morte de motociclistas cresce durante período de quarentena

Número de vítimas nos meses de quarentena

Motociclistas de delivery são os mais afetados por causa do aumento de entregas

CIDADES

Aumento de mortes em acidentes e questões trabalhistas

Como apps de delivery fizeram moto virar o transporte mais letal de SP

Sem alternativa de emprego, muitos brasileiros passaram a trabalhar como entregadores por aplicativo. Com isso, o número de motociclistas cresceu, levantando o alerta para acidentes e questões trabalhistas

PAUTA DAS REGULAC~OES DOS APLICATIVOS DE ENTREGA

- Vínculo empregatício
- Regulação em geral
 - Requisitos
 - Condições veículo
 - Obrigações
 - Sanções
- Medidas específicas para segurança viária

REGULAÇÃO NA ESPANHA

- Primeiro país europeu que aprovou o vínculo empregatício
- A medida regulariza o status dos entregadores por motocicletas ou bicicletas como assalariados;
- O texto prevê também que os sindicatos sejam informados das regras que contêm os algoritmos e os sistemas de Inteligência Artificial que podem afetar as condições de trabalho, pelas quais as plataformas são regidas.

REGULAÇÃO NA ARGENTINA

- Tentativa vínculo empregatício
- Buenos Aires aprovou a lei que regula a atividade de entregas por aplicativos – abrange motociclistas e ciclistas
- A lei inclui:
 - Capacitações em segurança viária e aos serviços que serão prestados (exemplo: no caso de entrega de alimentos, treinamento para manuseio apropriado dos mesmos)
 - As plataformas deverão fornecer seguros previstos na legislação: seguro de vida, responsabilidade civil e seguro de acidentes pessoais.

REGULAÇÃO NA AUSTRÁLIA

- Tentativa de regular vínculo empregatício
- O estado New South Wales determinou novas leis específicas para garantir segurança dos entregadores:
 - Plataformas devem fornecer equipamentos de segurança;
 - Implementação de treinamento obrigatório em segurança viárias para cadastro na plataforma;
 - Sistema de punição caso não haja cumprimentos das normas.



REGULAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS



- Tentativa de regular vínculo empregatício
- Em Nova Iorque sindicatos pressionam por regulamentação que incluem:
 - restaurantes forneçam acesso aos banheiros para os entregadores que estão buscando uma entrega
 - liberdade para que os entregadores possam definir distância máxima para buscar os pedidos
 - Município deve estabelecer pagamentos mínimos por viagem para a plataforma repassar aos entregadores
 - Plataformas devem fornecer as mochilas/bolsas de entrega

REGULAÇÃO EM SÃO PAULO, CAPITAL

- Em votação:
 - **PL 130/2019:** Altera a redação dos artigos 2º, 3º, 6º, 8º e 13, da lei 14.491, de 27 de julho de 2007, que regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado motofrete. [Inclui na lei o microempreendedor individual e as plataformas digitais de agenciamento e intermediação de frete, além de exigir a contratação em carteira para a validade da licença concedida a mais de um condutor, para o mesmo veículo da frota da empresa] → **Ponto polêmico possível exigência da placa vermelha**
 - **PL 578/2019:** Dispõe sobre a atividade de motofrete no âmbito do município de São Paulo, inclusive em relação às empresas e pessoas jurídicas que se utilizam de aplicativos para entrega de mercadorias, produtos, documentos, e-commerces e alimentos, e dá outras providências.

PL 130/2019

- Regulariza os aplicativos nas legislações federais e municipais que já tratam sobre o motofrete
- Entre exigências dessas legislações, estão que motofretistas tenham uma licença retirada após curso e também atuem com placa vermelha;
- Cria uma responsabilidade solidária caso a empresa use um motofretista de placa cinza;
- Inclui na lei empresas que não dizem ter motofrete como "atividade fim", mas usam do motofrete;
- Proibição de que seja estimulado o entregador a correr, seja por oferecimento de prêmio para cumprimento de meta ou ao prometer dispensa de pagamento ao cliente;
- Impõe um cronograma para a regularização de motofretistas



WRI BRASIL